



ATA DE REUNIÃO N°110/2025 (Sequência:06)
PREGÃO ELETRÔNICO n° 14/2025

No dia quatro do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (04/04/2025), no âmbito do Pregão Eletrônico nº 14/2025/PCE/SMPOP/DCL, registrado no Portal de Compras Públicas, reuniram-se os servidores designados pelo Decreto nº 21.089 de 13 de janeiro 2025 e suas alterações, para conduzir os trabalhos relativos à presente licitação, conforme segue: Adriana Piegas de Souza, servidora efetiva, desempenhando neste ato a função de Agente de Contratação/Pregoeira, e os seguintes membros da equipe de apoio: Liana Krause Dobal Streb, Tatiane Gavião Camargo, Marinice Niederauer lensen, Renan Renato Pinheiro, Rodrigo Alves Vaz Goulart, Reinaldo Menezes Garcia.

OBJETO DA LICITAÇÃO

Registro de preços para aquisição de relógios ponto digital com biometria.

RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO

Registramos as seguintes impugnações:

Da empresa **EVO SISTEMAS INTELIGENTES LTDA**, via Portal de Compras, inscrito no CNPJ sob o nº 44.880.091/0001-72, na data de 03/04/2025, às 18h59 min:

Trecho extraído da impugnação:

"Ao analisar o termo de referência, em especial aos pontos supramencionados, o mercado de equipamentos de Registrador Eletrônico de Ponto Convencional (REP-C), verifica-se que os fabricantes oferecem diversas configurações de periféricos, mas não há evidências de um modelo disponível comercialmente que contemple, simultaneamente, as seguintes funcionalidades:

- *Leitor biométrico (impressão digital);*
- *Leitor de proximidade;*
- *Leitor de código de barras;*
- *Leitor de QR Code;*
- *Nobreak interno com autonomia operacional suficiente para emergências.*

Os equipamentos atualmente disponíveis no mercado costumam oferecer biometria + proximidade + código de barras + nobreak, mas a existência de QR code ou até a combinação, conforme requerido em um único dispositivo é incomum. Caso a Administração Pública exija um equipamento com essas características, a licitação pode acabar frustrada, pois não haverá fornecedores habilitados para atender a demanda, restringindo a concorrência

Além do mais, a justificativa rasa e superficial de que "futuramente pode ser implantado aos servidores da prefeitura" não é a exigida na legislação para formulação de um termo de referência, sem contar que exigir código de barras é incoerente ao motivo de substituição dos equipamentos atuais para novos, pois trata-se de um periférico obsoleto que não é mais utilizado no mercado.

Da forma que encontra-se o termo de referência, há suspeitas de que o órgão está direcionando o edital para um único fornecedor, até então desconhecido, pois não há equipamentos expostos que contemple todos os periféricos no mercado, pois questionado quanto ao QR code e o leitor de código de barras, manteve a decisão de ratificá-los".

DOS PEDIDOS

"Diante do exposto e sem prejuízo do uso das garantias constitucionais, demonstrado que as exigências contidas no edital contrariam o direito da Impugnante e também afrontam os princípios pelos quais a



administração pública deve observar em se tratando de licitação pública, e, tempestivo o presente recurso, portanto, passível de análise pelo Sr. Pregoeiro, requer-se:

- a. Seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, sendo julgada PROCEDENTE pelo Senhor Pregoeiro;*
- b. Requer, ainda, que o item supracitado nesta impugnação passe por alterações no tocante à exclusão no descritivo técnico dos periféricos, proximidade, código de barras, QR code e nobreak;*
- c. Caso não seja esse seu entendimento, que haja a exclusão dos periféricos do código de barras e QR Code;*
- d. Seja promovida a retificação do edital, com a reabertura do prazo para apresentação de propostas, a fim de garantir ampla competitividade e adequação à legislação vigente;"*

Da empresa **AAA ROLESS COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE RELÓGIOS PONTO LTDA**, via Portal de Compras, inscrito no CNPJ sob o nº 02.380.858/0001-54, na data de 03/04/2025 às 18h01 min:

Trecho extraído da impugnação:

"A ora Impugnante, com o intento de participar do referido certame, ao realizar a análise do edital e os documentos anexados juntos à este, verificou que as características técnicas atribuídas ao objeto são demasiadamente específicas e desnecessárias, restringindo, sobremaneira, o caráter competitivo do certame."

Justificativa:

"Em busca no site de pesquisas GOOGLE, localizamos somente um fabricante com equipamento REP-C com leitor QR CODE , a saber , <https://www.madis.com.br/Produtos/md-rep-evo-ii-rep-c-qr-code/>

Ao nosso ver, resta claro, que o edital não pode trazer formalidades exacerbadas e muito menos, exigências desnecessárias, que prejudiquem o caráter competitivo do certame, bem como a isonomia do procedimento licitatório, vindo a acarretar numa escolha que não necessariamente será a mais vantajosa à Administração.

Logo, tais exigências não trazem benefício técnico algum ao certame, ao contrário, apenas impossibilitam a competitividade, ferindo em absoluto o princípio constitucional e administrativo da isonomia. Acerca da isonomia entre os participantes, o jurista Marçal Justen Filho, ensina que a " isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo".

No mérito, a modalidade de Pregão Eletrônico, sendo uma modalidade também para contratos de grande vulto, deve ser realizada sempre com a maior amplitude possível, permitindo a ampla competição entre os licitantes.

Assim, como genuíno procedimento administrativo, encontra-se adstrito ao atendimento dos princípios basilares da legalidade, moralidade administrativa, publicidade dos atos processuais, ampliação da competitividade no certame, atendimento à finalidade pública, dentre outros princípios correlatos do Direito Administrativo.

Dessa forma, solicitamos pelo ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL suspendendo-se a data do Pregão Eletrônico para abertura da presente licitação, bem como o Edital nº 14/2025, nos termos em que foi publicado."

DA TEMPESTIVIDADE DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO



São Borja
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"
"Terra dos Presidentes"
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,
Orçamento e Projetos- SMPOP
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

Nos termos do item 2.1 do Edital, "Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no campo específico disponível na Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021."

Considerando que a data de abertura do certame é 08/04/2025 e que os pedidos de esclarecimentos foram recebidos nas datas de 03/04/2025, foram considerados **TEMPESTIVOS**.

MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRA:

Considerando que os questionamentos são relativos ao descritivo dos itens e das informações constantes no termo de referência, as impugnações serão encaminhadas na íntegra para análise e manifestação da secretaria requisitante.

Nos termos do item 2.2 do edital, "A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será formalizada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro e deverá ser divulgada no sítio eletrônico oficial do Município www.saoborja.rs.gov.br e no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme disposto no parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, sendo de responsabilidade dos licitantes o acompanhamento."

Sendo assim, a resposta ao pedido de esclarecimento deverá ser enviado até o dia 07/04/2025, ou o edital deverá ser suspenso para análise, conforme previsão legal.

Nada mais havendo a tratar, a Pregoeira deu por encerrada a presente reunião. Eu, Adriana Piegas de Souza, lavrei a presente ata, que, após lida e considerada conforme, segue assinada por mim e pelos demais membros da equipe de apoio.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRA

ADRIANA PIEGAS DE SOUZA

EQUIPE DE APOIO

LIANA KRAUSE DOBAL STREB

RODRIGO ALVES VAZ GOULART

MARINICE NIEDERAUER IENSEN

REINALDO MENEZES GARCIA

RENAN RENATO PINHEIRO

TATIANE GAVIÃO CAMARGO

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez

São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237

Email: licitacoes.saoborja@gmail.com